

A forma ensaio e o pensamento político-social brasileiro

Essay as form and the Brazilian political thought

Jorge CHALOUB¹

Resumo: O presente artigo pretende refletir sobre a forma ensaio no pensamento político-social brasileiro. Para tanto, o texto inicialmente analisa as afinidades entre certas características do ensaio e elementos da tradição do pensamento político para, em um segundo momento, propor algumas hipóteses sobre como essas afinidades atuam em uma determinada tradição de pensamento, o Pensamento político-social brasileiro, fortemente marcado por uma dimensão periférica.

Palavras-chave: Ensaio; Pensamento Político; Pensamento político-social brasileiro

Abstract: This article analyzes the essay as form in Brazilian political thought. The text initially reflects on the affinities between certain characteristics of the essay and elements of the political thought tradition, and, in a second moment, propose some hypotheses about these affinities in a particular tradition of thought, the Brazilian political thought, strongly defined by a peripheral dimension.

Key Words: Essay; Political Thought; Brazilian Political Thought

Recibido: 03 de abril de 2022 Aceptado: 30 de junio de 2022

Introdução

Os últimos anos testemunharam uma mudança no cenário da Ciência Política brasileira. Depois de décadas marcadas por uma forte influência de certa tradição norte-americana, de corte neoinstitucionalista, são cada vez mais frequentes não apenas as críticas a este paradigma teórico como a busca por novas formas de reflexões e estilos de expressão. Há, nesse sentido, uma direta relação entre a crise da ordem política construída a partir da redemocratização e a perda de prestígio relativo de explicações que pretendiam, mesmo sem assumir claramente sua dimensão normativa, defender a viabilidade dessa ordem política (Chaloub, Lynch, 2018)². Ante a crise de um modelo democrático construído no pós-1945, o qual se tornou amplamente hegemônico após a queda do Muro de Berlim, é compreensível o abalo dos paradigmas teóricos formados em um cenário que assumia certo conceito de democracia como horizonte natural.

Em meio a esse movimento, começaram a ganhar força pesquisas que questionam o padrão epistemológico predominante em certa Ciência Política, de clara inspiração popperiana e organizada a partir do conceito de inferências causais, central em trabalhos como os de King, Keohane e Verba (1995), Adam Przeworski e Henry Teune (1970). O fortalecimento no cenário internacional de teorias pós-coloniais e decoloniais, por outro lado, influem em uma academia brasileira

¹ Brasileiro. Doutor em Ciência Política pelo IESP-UERJ, Professor do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), jchaloub84@gmail.com

² Deve-se destacar que não se coloca em questão os ganhos das pesquisas e reflexões produzidas a partir de tal perspectiva, apenas a naturalização desse tipo de pesquisa como o único admissível a partir de certa ideia de modernidade teórica e metodológica.

crescentemente internacionalizada e lançam nova luz não apenas sobre o futuro das ciências sociais brasileiras, mas também sobre o seu passado³.

O Pensamento político-social brasileiro ganha, assim, uma renovada contemporaneidade, que não apenas rompe com certas representações anteriormente consolidadas, como as que o retratavam como uma pré-história das ciências sociais institucionalizadas, mas abre, a partir de um novo olhar para um repertório teórico longamente acumulado, novas possibilidades de temas e outros modos de expressão. O campo não é mais pensado como uma coleção de clássicos circunscritos a determinada nacionalidade, nos moldes de versão nacional de grandes nomes da teoria social ou política, mas como um modo de refletir sobre a historicidade da construção de ideias políticas na periferia, pensar uma teoria social a partir do Sul e analisar criticamente a própria produção das ciências sociais brasileiras, tudo isto com uma forte atenção às relações entre história e conjuntura (Chaloub, Lima, 2018).

Algumas das reflexões tradicionais do campo - como o debate em torno da recepção de ideias, que não ignora os vínculos do país com o mundo, mas busca compreender suas especificidades - podem contribuir para o diálogo com uma ampla produção internacional em torno de novas epistemologias do sul, decolonialidade, dentre outras contribuições que criticam pressupostos de uma única ideia de universalidade.

Como forma de contribuir para este movimento, o presente texto pretende refletir sobre a forma ensaio no pensamento político-social brasileiro. Para tanto, o texto inicialmente analisa as afinidades entre certas características do ensaio e elementos da tradição do pensamento político para, em um segundo momento, propor algumas hipóteses sobre como essas afinidades atuam em uma determinada tradição de pensamento, o pensamento político-social brasileiro, fortemente marcada por uma dimensão periférica.

A forma ensaio e o pensamento político

A política tem na incerteza um aspecto central. Desde as primeiras formulações atenienses do conceito, ele sempre carregou certa fluidez, que faz dos contornos do objeto um constante debate. Seja pelo papel da ação humana, presente mesmo na construção dos seus mais “estáveis” objetos de pesquisa, como as instituições, ou pela ideia de comum, que sugere uma multiplicidade de vínculos entre as dimensões do indivíduo e da comunidade, as margens da política são um dos seus temas mais caros de debate. Extremamente relevante nas reflexões sobre os limites da *polis* ateniense, e suas relações com o *demos*, tal questão atravessa séculos e alcança formulações contemporâneas, como aquelas em torno da dimensão política do pessoal, tão cara às teorias feministas. Nesse sentido, parte do pensamento político é o esforço de se debruçar sobre suas fronteiras, como objeto de reflexão e prática. Deve-se ressaltar que não se trata de repetir a vulgata de que tudo é político, mas sim de argumentar que os próprios limites da política são políticos, de modo que tudo pode sê-lo.

A reflexão dos seus limites se relaciona ao caráter bifronte da política, como teoria e prática. A ação humana é não apenas o meio de expressão da política, mas também sua finalidade enquanto pensamento. Todo pensamento político nutre um desejo, mesmo que em graus diversos, de intervenção na conjuntura, ou seja, de se fazer ação. De Aristóteles a Weber, passando por Maquiavel e Marx, não faltam clássicos, mesmo que portadores de profundas divergências, para amparar essa afirmação. A própria prática depende, todavia, da delimitação do território de ação, ou

³ Autores como João Marcelo Maia (2010) e Christian Lynch (2013) já escrevem há quase uma década sobre as relações entre o pensamento político-social brasileiro e a reflexão pós-colonial, mas a ideia do pensamento brasileiro como uma teoria periférica é elemento constitutivo do campo, já desenvolvido nas reflexões de Guerreiro Ramos, Darcy Ribeiro, Roberto Schwarz, Silviano Santiago, Luiz Werneck Vianna, Gildo Marçal Brandão, dentre outros.

seja, das concepções sobre os limites para o agir político. Por outro lado, como a ação nunca se esgota no imaginário, ela precisa constantemente responder às incertezas da experiência e aos limites da capacidade dos atores de conhecer o mundo que os cerca. Todas essas questões estão presentes no longo problema dos modos de expressão do pensamento político, sobre a qual pretendo refletir, brevemente, no presente texto.

O Pensamento político⁴ sempre se utilizou de grande variedade de estilos e formas, cioso por encontrar os melhores meios de expressão de características como as acima esboçadas. Em meio aos tratados, diálogos, aforismas há, sem dúvida, um lugar de destaque para o ensaio. Antes de avançar no tema, é necessário, todavia, delimitar brevemente o que entendo por ensaio neste artigo. Qualquer definição mais rígida não apenas dispenderia páginas importantes, mas também seria provavelmente fracassada, dadas as características do objeto. Para meus atuais objetivos, me limitarei a listar algumas características do gênero que são objeto de relativo consenso, ao menos de acordo com clássicos do tema, como Theodor Adorno (2003), Georg Lukács (2015), Max Bense (2018) e Jean Starobinski (2018). Dificilmente alguém contestará as ideias de que o ensaio privilegia “grandes questões”, recusa a exposição sistemática, evita as definições mais restritas de método, mobiliza frequentemente a própria experiência, reflete sobre o próprio processo de produção e evita conclusões definitivas. Seria certamente possível listar outras características e qualificar melhor os predicados, negativos e positivos, mencionados, mas essa brevíssima exposição é o necessário para chegar ao principal argumento do texto: a afinidade entre o ensaio e certas dimensões do Pensamento político.

Há três dimensões da política que tornam o ensaio um meio privilegiado para a reflexão no campo: o lugar privilegiado da prática, a urgência da intervenção no tempo e a dificuldade na delimitação dos seus limites. Nenhuma delas torna o ensaio incontornável para o pensamento político, mas todas sugerem uma afinidade que faz do estilo uma possibilidade capaz de alcançar elementos perdidos em outros gêneros. Dito de outro modo, algumas características do ensaio possibilitariam, por uma relação mimética entre a forma ensaio e a forma política, a expressão de aspectos centrais da experiência política.

A dimensão prática da política não apenas era central na definição aristotélica, mas, como já apontado, é frequente em clássicas reflexões sobre o campo. Spinoza, por exemplo, inicia seu Tratado Político com a distinção entre os “filósofos”, que “concebem os homens não como são, mas como gostariam que eles fossem” (Spinoza, 2009: 4), e os “políticos”, que “escreveram sobre as coisas políticas de maneira muito mais feliz que os filósofos. Dado, com efeito, que tiveram a experiência como mestra, não ensinaram nada que se afastasse da prática” (Spinoza, 2009: 5). O conhecimento da prática é, assim, elemento relevante para uma boa análise da política, como foi o caso, nas palavras do filósofo holandês, do “agudíssimo florentino” Nicolau Maquiavel (Cristofolini, 2004).

Spinoza desenvolve o argumento acima em uma obra com o nome de tratado, e toma a geometria como método em seu principal livro, a “Ética”. Certamente o holandês não se tornou autor conhecido pela prática do ensaio. A clareza com que relaciona a reflexão política à experiência da política, explícita em seu elogio a Maquiavel, sugere, todavia, as possíveis afinidades entre o ensaio e o pensamento político. Se o pensamento político não demanda a distância, mas encontra sua força em meio à experiência da prática política, não faz sentido uma

⁴ A escolha pelo conceito de Pensamento Político decorre da intenção de adotar um termo mais abrangente para caracterizar as reflexões teóricas sobre a política. Nesse sentido, o conceito de Pensamento Político permite a inclusão de obras que não poderiam ser enquadradas como “Teoria Política” ou “Ciência Política”, em razão dos estilos e procedimentos metodológicos hegemônicos em tais campos, mas que sem dúvida trazem contribuições relevantes para a reflexão sobre a política. Tal abertura é relevante para não excluir ou causar estranheza quando da análise de ensaios pouco ortodoxos, mas dotados de uma reflexão evidente sobre o campo político.

separação entre os “pensam” e os que “fazem” a política. Para Spinoza, as melhores páginas sobre a política partem daqueles que vivenciaram o mundo político para além dos livros, como Maquiavel.

Tal formulação aponta para uma possível virtude dos que refletem em momento posterior sobre sua trajetória política pregressa, como é o caso do autor florentino, mas também permite que se venha a elucubrar sobre um pensamento político construído em meio ao torvelinho das disputas políticas. Ou seja, abre as portas não apenas para Maquiavel, mas também para Robespierre, Lenin e Huntington. Tal tipo de reflexão “a quente” por certo revela mais afinidades com o ensaio, e sua abertura à incompletude e à experiência, do que com qualquer tipo de pensamento sistemático, mais próximo de um movimento de distanciamento. Não sugiro aqui uma incompatibilidade entre “vontade de sistema”, para citar feliz expressão de Diogo Pires Aurélio (1998), e ação política, afirmação que não daria conta de uma obra como a de Karl Marx, mas sim uma maior afinidade entre o ensaio e a expressão de um pensamento próximo à ação.

Inspirados pela reflexão clássica de Lukács (2015), podemos até mesmo ir além e pensar no caráter não sistemático do ensaio como um elemento capaz de, posteriormente, produzir grandes organizações sistemáticas do mundo, seja pela sugestão de uma ordem futura ou pela desorganização de um sistema anterior. Nas palavras do autor húngaro: os ensaios “Serão sempre anteriores ao sistema; ainda que o sistema já estivesse realizado, nenhum dos ensaios seria uma aplicação, mas sempre uma nova criação” (Lukács, 2015: 22).

A maior tolerância com as conjugações em primeira pessoa permite um tipo de pensamento político onde a experiência tem lugar mais evidente e a parcialidade não importa em limitação, mas sugere virtudes ausentes em outras formas de expressão. Essa característica também explica parte da força recente do ensaio, que converge com uma revalorização dos vínculos entre experiência e conhecimento. Depois da construção de certo paradigma moderno que converge na aspiração comum da neutralização e superação da experiência, em movimento bem exposto por Agamben (2005), as últimas décadas testemunharam um retorno do conceito de experiência, relacionado à demanda de representatividade de vozes subalternas no debate público - como fruto das lutas dos movimentos negro, feminista e anticolonial - e aos questionamentos a muitos dos fundamentos de certa concepção de modernidade, presente em um grande número de perspectivas teóricas e tributárias das reflexões de disciplinas como a psicanálise e a antropologia⁵. A dimensão “experimental” do ensaio, uma das facetas da reflexão de Montaigne segundo Max Starobinski (2018), o torna caminho propício para a superação da oposição entre experiência e pensamento, por meio de outra característica do ensaio, dessa vez apontada por Adorno: a relação dialética entre sujeito e objeto, que não permite a naturalização de nenhum dos dois elementos enquanto polos estanques (2003).

Há direta relação entre esse discurso sobre o “lugar privilegiado da prática”, acima descrito, e a ideia de certa “urgência da intervenção no tempo”, segunda das dimensões de afinidade entre o pensamento político e o ensaio. Quando o afã de intervenção do pensamento político ganha mais força, dificilmente o tempo da construção dos sistemas é adequado e o ensaio se transforma em um melhor meio para a expressão do pensamento no mundo. Assim como na primeira dimensão descrita, não estamos diante de uma relação direta, pois o ensaio não necessariamente é fruto da escrita breve. Sobram bons exemplos de ensaios longamente cultivados e amadurecidos. Porém, o esforço de intervenção mais imediata do pensamento na realidade tem na forma ensaio um dos seus mais evidentes recursos. Há, nesse sentido, mais uma afinidade entre a forma ensaio, que de acordo com Bense quer “agir sobre o existente” ao assumir uma dimensão “ética” (Bense, 2018: 123), e o desejo de se fazer ação do pensamento político.

⁵ O mapeamento desse movimento ultrapassa os limites desse texto.

Nesse sentido, o processo de aceleração social, diagnosticado por alguns autores (Rosa, 2013), pode oferecer renovado interesse para o ensaio como forma de expressão de um pensamento que busca acompanhar transformações cada vez mais rápidas. Um bom exemplo passa por uma relativa valorização das análises de conjuntura, prática analítica com muitas afinidades com o ensaio, em cenário mais recente (Perlatto, Tourino, 2018). O cenário brasileiro de crise no pós-2013 teve como uma das suas consequências uma inegável aceleração do tempo político, típico de momentos críticos, mas que testemunha uma longa duração na cena política brasileira. Há, como sugere Fernando Perlatto, certa relação entre esse cenário e certo “retorno do ensaio” (Perlatto, 2018), que sempre marcou o debate intelectual brasileiro, com destaque para o período entre 1920 e 1960 (Eulalio, 2013), mas se fez presente em diversos campos ao longo dos últimos anos. O autor fala em uma “politização da esfera pública cultural brasileira ao longo dos últimos anos” (Perlatto, 2018: 10), ponto com o qual concordo, e vejo como uma das heranças de Junho de 2013 (Chaloub, 2016). O processo de aceleração do tempo da política seria uma das formas pelas quais essa politização operaria de forma mais explícita.

A própria menção à “politização” já aponta para a terceira dimensão de afinidades entre a forma ensaio e a forma política: a reflexão sobre os limites. Assim como o ensaio, a política é todo o tempo confrontada com um outro e, por isso, precisa refletir sobre os próprios limites. A política, como já apontamos inicialmente, lida agonisticamente com as próprias fronteiras. Todo movimento político demanda uma definição do terreno onde pretende agir e tem nos próprios limites da sua ação um tema central. Cada época, por certo, comporta diversas perspectivas sobre esse debate. Assim, sem qualquer sugestão de falsas analogias históricas, é possível pensar que o tema das fronteiras da política está presente em momentos tão díspares quanto as divergências entre Platão e Protágoras sobre os limites da *polis*, a disputa entre liberais e absolutistas acerca dos limites do poder do Soberano, as querelas entre liberais e socialistas em torno dos contornos do Estado social das primeiras décadas do século XX e as reflexões feministas sobre as fronteiras entre o pessoal e o político. A ausência da historicidade capaz de tornar esse debate mais sofisticado é aqui conscientemente deixada de lado, pois meu objetivo é achar certa continuidade que nos permite falar, em todos esses momentos, nesse *topos* como um dos centros do que se compreende por política.

Max Bense aponta como a dimensão crítica do ensaio, relevante também na formulação de Adorno, tem por uma das suas características tornar “visíveis os contornos de uma coisa, os contornos de seu ser interior e exterior, os contornos do ‘ser assim’ do objeto” (Bense, 2018: 119). Esse condão não sugere, todavia, um esforço de construir definições prévias, pois “os contornos que se desenham assim não correspondem a um limite, a uma fronteira substancial” (Bense, 2018: 119), de modo que o ensaio pode conviver com certa heterogeneidade e fugacidade da substância com a qual se defronta. Tais características são propícias para pensar um terreno de fronteiras constantemente porosas e definidas pela disputa.

As Interpretações do Brasil⁶ são um bom campo para refletirmos sobre essa relação mimética entre a forma ensaio e a forma política, e pensarmos as possíveis contribuições da reflexão para os dois campos, já que tanto o pensamento brasileiro é um caso interessante de longa tradição ensaística, quanto parte de algumas incompreensões sobre o conceito de pensamento político-social decorrem de um conceito pouco elaborado de ensaio.

⁶ O conceito de “Interpretações do Brasil” é usualmente utilizado para tratar de trabalhos clássicos sobre a política e a sociedade brasileira, que buscam articular uma reflexão sobre história a um desejo de intervir sobre a conjuntura e propor futuros possíveis. Relacionado inicialmente a algumas obras clássicas produzidas na década de 1930, diretamente relacionadas ao esforço modernista de melhor compreender o país e ao processo de construção nacional empreendido após a Revolução de 1930, a categoria não se limita às obras do período, mas é frequentemente utilizada como um estilo de reflexão intelectual, inclusive para tratar de produções intelectuais contemporâneas.

O ensaísmo, as Interpretações do Brasil e o Pensamento político-social brasileiro

O Pensamento político-social brasileiro é um campo privilegiado para refletirmos sobre o ensaio como forma de expressão da política. Para tanto, pode ser interessante debatermos, mesmo que de forma breve, sobre os sentidos de conceitos como “ensaio de interpretação do Brasil” e mesmo “Pensamento Político-social brasileiro”⁷. Começemos pelo segundo conceito.

Muitos sentidos e práticas intelectuais subjazem a esse conceito – assim como a variações do mesmo, como Pensamento social brasileiro, Pensamento político brasileiro, dentre outras – que tanto se referem a um campo quanto a uma prática. Por um lado, Pensamento político-social brasileiro é frequentemente tratado como o equivalente do estudo de clássicos de uma determinada área, tendo, todavia, como princípio de seleção também um critério nacional, ou seja, limitado a clássicos produzidos no Brasil. Assim, do mesmo modo que a Antropologia, a Ciência Política, a História e a Sociologia elencam alguns autores indispensáveis, vistos como formadores das suas respectivas áreas, o Pensamento Político-social brasileiro reuniria clássicos dos estudos sobre o Brasil. O critério de seleção não seria apenas geográfico, mas também remeteria a certas marcas de “estilo”, como “a pretensão de totalidade, o diálogo com vários campos disciplinares e o anseio de influir na conjuntura” (Chaloub, Lima, 2018: 15). Por outro lado, também merece o título de Pensamento Político-social brasileiro o campo de pesquisa acadêmico que estuda tais obras, e debate os limites desse cânone. Há dentro do campo uma relativa variedade de métodos, como a história intelectual, a teoria política e social de corte periférico, a história política e a sociologia dos intelectuais.

O conceito tem, contudo, direta relação com um processo de institucionalização das Ciências Sociais, marcado pela centralidade da Universidade como local produtor de conhecimento “legítimo” e por certa “americanização” (Vianna, 2004) das agendas de pesquisa, seja no que se refere a temas, métodos e mesmo a um estilo de pensamento. Nesse sentido, o campo do pensamento é lido em perspectiva onde predomina certo “presentismo”, seja em suas versões mais críticas, que o veem como pré-história do moderno conhecimento, seja em suas versões apologéticas, que recuperam esses precursores pela “utilidade” que eles teriam para compreender os problemas contemporâneos. Trata-se de um longo debate, que envolve clássicos do campo como Florestan Fernandes, Guerreiro Ramos e Wanderley Guilherme dos Santos, mas para o presente texto, que não pretende nem mesmo apresentar as linhas gerais da controvérsia, interessa a inegável relação entre o conceito de Pensamento político-social, assim como outros termos correlatos, e esse processo de mudança na forma de organização do conhecimento.

Dentre as definições do que é Pensamento político-social brasileiro, é muito comum a referência ao conceito de ensaio, em regra como parte do termo “ensaios de interpretação do Brasil”. O ensaio é, todavia, frequentemente mobilizado em chave negativa, como algo marcado pela “ausência” e sintoma do “atraso”. Nesse movimento, tanto se perdem os caminhos teóricos interessantes do Pensamento político-social brasileiro para a compreensão da realidade contemporânea, como frequentemente constrói-se um conceito pobre do que seria o ensaio.

Em outro momento, argumentei que a ideia de Interpretação do Brasil não se restringe ao passado, seja como um cânone de clássicos necessariamente envelhecido pelo tempo, seja enquanto um estilo de pensamento que não mais encontraria lugar em uma moderna academia, composta por especialistas. Podemos apontar duas razões contrárias a esse diagnóstico. Há, por um lado, a

⁷ Desenvolvi de forma mais extensa e completa o debate sobre os sentidos contemporâneos desses termos, ao lado de Pedro Lima, em Chaloub, Lima (2018).

inegável necessidade de construir liames entre áreas e momentos diversos a partir de argumentos generalizantes, sobretudo em momentos de crise, onde o pensamento é chamado a intervir na realidade, e em condições periféricas, como a brasileira, onde há uma constante “negociação” entre as referências do centro, as produções periféricas e a realidade social. Assim, o pensamento brasileiro também pode ser pensado como um campo de interpretação da própria produção acadêmica, de modo que uma das suas dimensões seria a de uma “epistemologia das ciências sociais” (Chaloub, Lima, 2018), que refletiria sobre seus pressupostos e limites.

O ensaio, entretanto, não se restringe às realidades periféricas, mas constitui uma forma de expressão do próprio pensamento, como já foi esboçado nas páginas iniciais desse texto. Há afinidades entre a forma ensaio e certos modos de expressão, que não demandam a opção definitiva ante a ideia de pensamento sistemático ou negar preceitos de uma moderna cientificidade, mas a contornam e, de certo modo, a constituem.

O papel do ensaio na construção do mundo intelectual brasileiro é um bom exemplo. Luiz Carlos Jackson e Alejandro Blanco (2014) argumentam que o ensaísmo brasileiro da década de 1930, ainda hoje o mais frequente arquétipo da ideia de Interpretações do Brasil, mobilizava explicitamente a mais moderna ciência social da época⁸, o que bem expõe o caráter híbrido acima mencionado. A relevância do imaginário modernista e da erudição literária, necessária para compreender personagens como Sérgio Buarque de Holanda e Gilberto Freyre (Araújo, 2005), não apaga seus vínculos com outro tipo de estilo, bem expostos respectivamente pela influência de Max Weber no autor de *Raízes do Brasil* e de Franz Boas, seu orientador de doutorado, no de *Casa Grande e Senzala*. Esse imaginário híbrido, entre a expressão literária e o discurso científico, é o “entre-lugar” (Santiago, 2000) onde se encontra o ensaio, ao menos de acordo com as clássicas formulações de Adorno, Lukács e Bense mobilizadas no presente texto. Esse espaço não é, todavia, estático.

Robert Wegner, em texto sobre o caráter ensaístico de *Raízes do Brasil*, problematiza a cisão radical entre o Sérgio Buarque ensaísta, autor de uma “Interpretação do Brasil” na juventude, e o acadêmico, já radicado na USP, onde escreveu obras como *Caminhos e Fronteiras* e *Monções*. Sem cair em “mitologias de coerência” (Skinner, 2002), Wegner argumenta sobre a continuidade de questões centrais do clássico, que teria continuado a fertilizar suas obras posteriores, e aponta para uma possível leitura sistemática da obra (Wegner, 2000). Nesse sentido, o ensaio do jovem crítico seria uma chave interessante para compreender o sistema do historiador já radicado na academia.

Recentes interpretações sobre a obra de Sérgio Buarque buscam salientar como o reiterado processo de reformulações de *Raízes do Brasil* construiu um livro muito diferente da sua versão inicial, de modo que certos ares conservadores, e até mesmo críticos da democracia, da década de 1930, presentes na primeira edição de 1936, teriam dado lugar a uma nova versão liberal progressista do livro em suas novas edições de 1948 e 1956^{9,10}. Haveria, nesse sentido, uma evidente descontinuidade em Sérgio Buarque.

A porosidade da forma ensaio, e sua abertura à conjuntura, pode ser uma boa chave explicativa para essa trajetória, sem recorrer à limitação das interpretações em termos de “coerência” ou “incoerência”. Mais interessante do que enquadrar Sérgio Buarque em famílias ideológicas, é pensar em sua obra como uma demonstração dos possíveis vínculos entre ensaio e pesquisa sistemática. Esses vínculos, deve-se ressaltar, não são necessários, mas sim possibilidades heurísticas de interpretar, em chave distinta, tanto parte da produção acadêmica como o ensaio.

⁸ O que destoava, nesse aspecto, do contexto argentino, onde os ensaístas do período tinham laços mais estreitos com o mundo literário do que com as linguagens das ciências humanas norte-atlânticas.

⁹ Contribuíram para essa nova interpretação Waizobort (2011) e Feldman (2016).

¹⁰ Os argumentos certamente contribuíram para o formato da edição comemorativa crítica de 80 anos do livro, contendo as marcações de todas as modificações feitas por Buarque na obra.

O campo de reflexões sobre a política e suas características apontadas na primeira parte do presente texto – o lugar privilegiado da prática, a urgência da intervenção no tempo e a dificuldade na delimitação do objeto – tornam ainda mais interessante a investigação dessas relações. A política, pelos seus contornos vagos, é objeto de diversas disciplinas, tratada por áreas como a história, a literatura, a antropologia, a sociologia, o direito, dentre outras. A ideia de uma área específica de estudos da política, a “ciência política”, cujo nome remete aos debates franceses do século XIX, mais o discurso hegemônico à construção do conceito de “*political science*” nos Estados Unidos, tentaram criar um campo especificamente político. O esforço se amparou na ênfase nos estudos das instituições políticas e na generalização de um tipo antropológico específico, analisável apenas através da pressuposição de certo tipo de racionalidade. O conceito de ensaio surgia como o “outro” da narrativa dessa construção institucional, de grande força na academia brasileira (Lessa, 2011).

Em outro momento, apontamos como essa narrativa exacerba uma divisão entre ciência e ensaio que não é de modo algum necessária (Chaloub, Lima, 2018). Para encerrar o presente texto, eu gostaria de argumentar brevemente acerca de como essa construção não apenas produz um conceito impreciso de ensaio, mas, com isso, prejudica algumas expressões próprias do pensamento político.

Dois dos mais interessantes textos sobre a contemporaneidade do conceito de nação no Brasil foram produzidos por autores que estão não apenas fora do campo da Ciência Política, caso de José Miguel Wisnik em seu *Veneno Remédio: o futebol e o Brasil* (2018), mas por vezes também fora da academia, como Nuno Ramos, em *Verifique se o mesmo* (2018). Enquanto Wisnik mostra a construção dessa ideia de Brasil moderno, seja por meio dos seus discursos ou práticas, através do futebol, Ramos recorre às artes plásticas, música e futebol para traçar a ascensão e queda de certo tipo de experiência intelectual, central para o país de ontem e de hoje. Ambos tratam de forma heterodoxa, e contribuem em temas caros à nossa tradição intelectual. Através de caminhos diversos, eles dialogam com questões centrais não apenas do debate público, mas também da academia.

Por sua própria natureza, o ensaio não é um gênero de fácil definição. A vagueza e porosidade que o constituem facilmente o vendem como forma mais “fácil” ou pouco rigorosa, quando na verdade estamos diante do exato oposto: da difícil tarefa de construir textos em terreno instável, movediço. A oposição entre ensaio e ciência tende a exacerbar essa caricatura e impede o reconhecimento de outras expressões do pensamento político, fundamentais para sua própria constituição.

Ao se recusar o ensaio como forma de expressão da política, produz-se um movimento de fechamento dos que podem produzir conhecimento político. Assim, perde-se não apenas a palavra do “político”, elogiada pelo Spinoza leitor de Maquiavel, e com isso as intervenções mais urgentes do pensamento na conjuntura, mas retira-se a possibilidade de produções heterodoxas de sentido no mundo político. A naturalização de uma forma de expressão do pensamento político também importa o fechamento da possibilidade de expressões de outras vozes políticas. A tradição brasileira do ensaio político, com seus limites e problemas, pode funcionar não apenas como um passado mítico, mas como modo de renovação de questões, sistemas, métodos e formas de expressão.

Referências Bibliográficas

- Adorno, Theodor W. (2003). “O ensaio como forma”. In: *Notas de literatura I*. São Paulo, Editora 34.
- Agamben, G. (2005). *Infância e história*. Belo Horizonte: UFMG.
- Araújo, Ricardo Benzaquen (2005). *Guerra e Paz - Casa Grande e Senzala e a Obra de Gilberto Freyre nos anos 30*. São Paulo: Editora 34.

- Aurélio, Diogo Pires (1998). *A vontade de sistema: estudos sobre filosofia e política*. Lisboa, Cosmos.
- Bense, Max. (2018) “O ensaio e sua prosa”. In: *Doze ensaios sobre o ensaio - Antologia Serrote*. São Paulo: IMS.
- Chaloub, Jorge (2016). “As ressacas de Junho”. Disponível em <https://revistaescuta.wordpress.com/2016/02/15/as-ressacas-de-junho/> Acesso em 15 de julho de 2020.
- Chaloub, Jorge; Lima, Pedro (2018). “Interpretações do Brasil contemporâneo”. *Mediações: Revista de Ciências Sociais*, vol. 23, núm. 2, p. 14-39.
- Chaloub, Jorge; Lynch, Christian (2018). “O pensamento político-constitucional da República de 1988: um balanço preliminar (1988-2017)”. In *A Constituição de 1988 trinta anos depois*. (Cristina Buarque de Hollanda e outros, orgs.) Curitiba: Ed. UFPR, p. 251-280.
- Cristofolini, Paolo (2004). “Spinoza e o agudíssimo fiorentino”. Disponível em https://www.academia.edu/32367182/Spinoza_e_o_agud%C3%ADssimo_florentino._Tradu%C3%A7%C3%A3o_de_Bernardo_Bianchi_do_original_de_Paolo_Cristofolini Acesso em: 12 novembro 2019.
- Eulalio, A. (2013). “O ensaio literário no Brasil”. In. *Revista Serrote*. IMS, núm. 14, julho.
- Feldman, Luiz (2016). *Clássico por amadurecimento: estudos sobre Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks.
- Jackson, Luís Carlos; Blanco Alejandro (2014). *Sociologia no espelho. ensaístas, cientistas sociais e críticos literários no Brasil e na Argentina (1930-1970)*. São Paulo: Editora 34.
- King, G; Keohane, R.; Verba, S. (1994). *Designing social inquiry: scientific inference in qualitative research*. Princeton: Princeton University Press.
- Lessa, Renato (2011). “Da interpretação à ciência: por uma história filosófica do conhecimento político no Brasil”. *Lua Nova*, São Paulo, núm. 82, p. 17-60.
- Lukács, Georg (2015). *A alma e as formas: ensaios*. São Paulo: Autêntica.
- Lynch, Christian E. C. (2013). “Por que pensamento e não teoria? a imaginação político-social brasileira e o fantasma da condição periférica (1880-1970)”. *Dados*, vol. 56, núm. 4, Rio de Janeiro, out./dez.
- Maia, João Marcelo Ehlert (2010). “O pensamento social brasileiro e a imaginação pós-colonial”. *Revista Estudos Políticos*, vol. 1, núm. 1.
- Perlatto, Fernando; Tourino, Diogo (2018). “Leituras de um Brasil em Mudança: Cientistas Sociais, Conjuntura Política e a Democracia Brasileira”. *Mediações: Revista de Ciências Sociais*, vol. 23, núm. 2, p. 256-289.
- Perlatto, Fernando. “O ensaísmo no Brasil contemporâneo: visões de um país em crise”. *Anais do 42º Encontro Anual da ANPOCS*. Disponível em <https://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/42-encontro-anual-da-anpocs/gt-31/gt23-24/11311-o-ensaismo-no-brasil-contemporaneo-visoes-de-um-pais-em-crise/file> Acesso em 15 de julho de 2020.
- Przeworski, A; Teune, H. (1970). *The logic of comparative social inquiry*. New York: Wiley Interscience.
- Ramos, Nuno (2018). *Verifique se o mesmo*. São Paulo: Todavia.
- Rosa, Harmut (2013). *Social Accleleration: a new theory of modernity*. Nova Iorque: Columbia University Press.
- Santiago, Silviano (2020). *O entre-lugar do discurso latino-americano*. In: *Uma literatura nos trópicos*. São Paulo: Rocco.
- Skinner, Quentin (2002). *Visions of Politics: volume 1, Regarding Method*. Cambridge: Cambridge University Press.

- Spinoza, Baruch (2009 [1670]). *Tratado Político*. São Paulo: Martins Fontes.
- Starobinski, Jean (2018). “É possível definir o ensaio?” In: *Doze ensaios sobre o ensaio - Antologia Serrote*. São Paulo: IMS.
- Vianna, Luiz Werneck (2004). “A institucionalização das ciências sociais e a reforma social: do pensamento social à agenda americana de pesquisa”. In: *Revolução Passiva no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan.
- Waizbort, Leopoldo (2011). “O mal-entendido da democracia: Sergio Buarque de Hollanda, Raízes do Brasil, 1936”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 26, núm. 76, p. 39-62, jun.
- Wegner, Robert (2006). “Um ensaio entre o passado e o futuro”. In: Schwarcz, Lilia; Araújo, Ricardo Benzaquen (org.). *Raízes do Brasil – edição comemorativa 70 anos*. São Paulo, Companhia das Letras, p. 335-364.
- _____ (2000). *A conquista do Oeste: a fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda*. Belo Horizonte: Ed. UFMG.
- Wisnik, José M. (2008). *Veneno Remédio: o futebol e o Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.